

GT 008. Antropologia da cidadania

Marcus André de Souza Cardoso da Silva (PPGEF/UNIFAP) - Coordenador/a, Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasilia) - Coordenador/a, Lenin dos Santos Pires (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (Departamento de Antropología da Universidade de Brasilia) - Debatedor/a, Juliana Gonçalves Melo (Professora adjunta IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - Debatedor/a A terceira onda democratizante na Am?rica Latina n?o se

mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetiva??o dos direitos civis e sociais dos cidad?os. Isto representou um desafio ?s abordagens formalistas da teoria pol?tica, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cen?rio, a antropologia, com seu foco etnogr?fico, tem muito a contribuir para o debate sobre ?direitos?, ?cidadania?, ?igualdade? e ?justi?a?. Ao deslocar a an?lise da dimens?o formal da cidadania para como os direitos s?o vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espa?o para perceber rearranjos e concep?es distintas da formula??o euroc?ntrica. Ao fazer isso, os antrop?logos t?m desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que n?o ? poss?vel compreender a ?cidadania? como um status puramente legal que garante ao indiv?duo um conjunto de direitos e deveres em sua rela??o com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnogr?ficos que abordem: como a ?cidadania? ? significada por diferentes atores associados ?s ag?ncias do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se d?o as rela?es que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais s?o os desafios metodol?gicos dos estudos etnogr?ficos sobre ?cidadania?

## Cidadania e judicialização das relações sociais no campo da "violência de gênero"

Autoria: Theophilos Rifiotis

A constante ampliação da pauta de reivindicações sociais por "direitos" no Brasil, especialmente na chave dos "direitos humanos", e a sua tradução em termos morais e na judicialização das relações sociais são as questões centrais da apresentação. Numa primeira parte, trago para o debate uma análise dos modos de produção da justiça nos casos de "violência de gênero" a partir de uma releitura de works etnográficos realizados, anteriormente à Lei 11340/2006, no âmbito da Delegacia da Mulher, focando especialmente o que pode ser chamado - numa expressão paradoxal -como "mediação policial". Num segundo momento, apresento uma reflexão sobre as práticas de produção de justiça no âmbito da aplicação da Lei 11340 observadas entre 2008 e 2014 em Florianópolis, destacando a adoção do "perdão judicial" nas chamadas "audiências de ratificação" e os "estilos"e moralidades de juizes. Finalmente, proponho uma sistematização de um conjunto de questões colocadas para a pesquisa etnográfica sobre a produção de justiça no campo da "violência de gênero" e proponho uma reflexão sobre a dimensão moral e política das lutas por direitos e sobre o tipo específico de judicialização que se estabelece nesse processo.

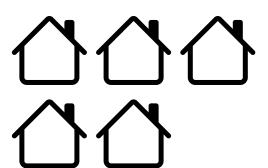


31ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia

Realização:



Apoio:



Organização:

